

**ENTRE PRÁTICAS E SENTIDOS: A ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS NO CRAS E OS
DESAFIOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

**BETWEEN PRACTICES AND MEANINGS: THE WORK OF PSYCHOLOGISTS AT CRAS
AND THE CHALLENGES OF BASIC SOCIAL PROTECTION**

**ENTRE PRÁCTICAS Y SIGNIFICADOS: EL TRABAJO DE LOS PSICÓLOGOS DEL
CRAS Y LOS DESAFÍOS DE LA PROTECCIÓN SOCIAL BÁSICA**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n7-317>

Data de submissão: 24/06/2025

Data de publicação: 24/07/2025

Max Junio Gonçalves

Graduado em Psicologia

Instituição: Faculdade de Minas (FAMINAS-BH)

Endereço: Minas Gerais, Brasil

E-mail: max.junio56@gmail.com

Henriqueta R. Pereira Couto

Doutoranda em Educação, Conhecimento e Inclusão Social

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Endereço: Minas Gerais, Brasil

E-mail: henriqueta.couto@professor.faminas.edu.br

RESUMO

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) atende famílias em situação de vulnerabilidade social, tendo como nível básico de proteção o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Essa pesquisa busca compreender a atuação de psicólogas(os) no CRAS de Santa Luzia-MG. Foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada com as(os) psicólogas(os) atuantes no CRAS, com o objetivo de identificar os significados dessa atuação por meio da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin. Os resultados destacaram apreciação pelo trabalho, mas revelaram desafios como infraestrutura inadequada, alta demanda e dificuldade de articulação intersetorial. As atividades incluem acolhimento, atendimentos psicossociais e grupos, com limitações na participação dos usuários e carência de formação específica. Apesar do impacto positivo, é essencial maior investimento público e valorização profissional para fortalecer a atuação psicossocial, promover a cidadania e autonomia aos usuários.

Palavras-chave: Política Pública de Assistência Social. Proteção Social Básica. CRAS. Atuação da(o) Psicóloga(o). Análise de Conteúdo.

ABSTRACT

The Unified Social Assistance System (SUAS) serves families in situations of social vulnerability, with the Social Assistance Reference Center (CRAS) as the basic level of protection. This research seeks to understand the work of psychologists at the CRAS in Santa Luzia, Minas Gerais. A semi-structured interview technique was used with the psychologists working at the CRAS, aiming to identify the meanings of this work through Laurence Bardin's Content Analysis. The results highlighted appreciation for the work, but revealed challenges such as inadequate infrastructure, high demand, and difficulties in intersectoral coordination. Activities include reception, psychosocial care, and group

sessions, with limited user participation and a lack of specific training. Despite the positive impact, greater public investment and professional development are essential to strengthen psychosocial work and promote citizenship and autonomy among users.

Keywords: Social Assistance Public Policy. Basic Social Protection. CRAS. Psychologist's Role. Content Analysis.

RESUMEN

El Sistema Único de Asistencia Social (SUAS) atiende a familias en situación de vulnerabilidad social, y el Centro de Referencia de Asistencia Social (CRAS) es el nivel básico de protección. Esta investigación busca comprender la labor de los psicólogos del CRAS en Santa Luzia, Minas Gerais. Se utilizó una entrevista semiestructurada con los psicólogos que trabajan en el CRAS, con el objetivo de identificar los significados de su trabajo mediante el Análisis de Contenido de Laurence Bardin. Los resultados destacaron la valoración del trabajo, pero revelaron desafíos como la infraestructura inadecuada, la alta demanda y las dificultades en la coordinación intersectorial. Las actividades incluyen recepción, atención psicosocial y sesiones grupales, con una participación limitada de los usuarios y falta de formación específica. A pesar del impacto positivo, una mayor inversión pública y el desarrollo profesional son esenciales para fortalecer el trabajo psicosocial y promover la ciudadanía y la autonomía de los usuarios.

Palabras clave: Política Pública de Asistencia Social. Protección Social Básica. CRAS. Rol del Psicólogo. Análisis de Contenido.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 é o marco legal para as transformações e redefinições da Assistência Social. O sistema de proteção social brasileiro está intrinsecamente vinculado à proposição e garantia dos direitos fundamentais, do desenvolvimento social e da cidadania, que se redefiniram historicamente naquele momento de pactuação expresso na Constituição Federal. A partir desse marco, a Assistência Social rompe com a visão do assistencialismo e coloca-se como direito de cidadania e responsabilidade do Estado (CFP, 2021).

O Sistema Único de Assistência Social - SUAS foi instituído pela Lei nº 12.435 de 2005 (Brasil, 2006), que tem por objetivos: a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos. O SUAS está organizado em dois níveis de complexidade: a proteção social básica, com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e a proteção social especial, com os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) dividido em média e em alta complexidade.

Para a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, a vulnerabilidade social é uma situação decorrente de múltiplos fatores aos quais estão expostos indivíduos e famílias, e que dificultam o acesso aos direitos e a proteção social do Estado, como por exemplo:

pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, intempérie ou calamidade, fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento social decorrente de discriminações etárias, étnicas, de gênero, sexualidade, de deficiência, entre outros (CFP, 2021, p.57).

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano das Regiões Metropolitanas Brasileiras, produzido pelo Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (Pnud), a cidade que possui o pior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM da Grande BH é a cidade de Santa Luzia - MG. O IDHM de Santa Luzia é de 0,715, nos itens avaliados: vida longa e saudável (longevidade), acesso ao conhecimento (educação) e padrão de vida (renda) (Atlas Brasil, 2015).

Já em relação à renda da população, a pesquisa realizada pelo IBGE (2022) aponta que, entre os trabalhadores formais, a renda é de 2,2 salários-mínimos e o percentual da população de Santa Luzia - MG com rendimento mensal de até ½ salário-mínimo é de 32,5%. Em relação à segurança, dados do Observatório de Segurança Pública de Minas Gerais, de janeiro a abril de 2024, Santa Luzia contabilizou 107 crimes violentos e 6 feminicídios no período de 2021 a 2023 (Minas Gerais, 2023).

Assim, partindo desse contexto de vulnerabilidade e risco social que a população de Santa Luzia - MG está exposta, a atuação da rede de proteção de Assistência Social é condição fundamental para o enfrentamento e proteção das famílias e da comunidade.

Dentro da rede socioassistencial de proteção social básica, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é o equipamento referência, responsável pela organização e oferta de serviços em áreas de vulnerabilidade e risco social. Dada sua capilaridade nos territórios, caracteriza-se como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de muitas famílias à rede de proteção socioassistencial (Brasil, 2006). Sendo papel dos CRAS garantir ao usuário acesso à renda, serviços, programas e projetos ofertados pelo próprio CRAS ou, então, em referência à rede socioassistencial e encaminhamento ao CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).

Em relação aos profissionais atuantes no CRAS, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social, estabelece que as equipes de referência devem ser compostas obrigatoriamente por assistentes sociais e psicólogos(os), podendo integrar outros profissionais dependendo das especificidades dos territórios atendidos. De acordo com o levantamento realizado pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP do Conselho Federal de Psicologia, em 2019, dos 39.164 profissionais de nível superior trabalhando nas equipes do CRAS, em todo o Brasil, 10.692 eram psicólogos(os) (CFP, 2021).

Sobre a atuação da(o) psicóloga(o) no CRAS, Afonso et al. (2012) discorrem que

como trabalhadores da Assistência Social, os psicólogos devem contribuir para criar condições sociais para o exercício da cidadania (promoção dos direitos socioassistenciais) bem como favorecer as condições subjetivas para o seu exercício (circular informação, fortalecer participação, desenvolver potencialidades, facilitar processos decisórios, dentre outros) (p. 197 *apud* Santos, 2018, p.02).

Sabendo que a presença da(o) psicóloga(o) no CRAS é fundamental para a efetividade das ações de assistência social e a garantia de direitos da população, essa pesquisa teve como objetivo geral compreender a atuação dos profissionais de psicologia dentro do SUAS, especificamente no que concerne à atuação no Centro de Referência de Assistência Social no município de Santa Luzia - MG.

Para isso, os objetivos específicos foram: mapear a rede SUAS do Município de Santa Luzia - MG, identificando os profissionais de psicologia que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS. Identificar as atividades realizadas pelos profissionais na sua atuação dentro do CRAS. E por fim, analisar a atuação dos profissionais, tendo como referência as vivências e experiências dos profissionais, articulada com as orientações do CREPOP/ Conselho Federal de Psicologia e o previsto na Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

2 O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A REDE DE PROTEÇÃO

Foi a partir da Constituição de 1988 que surgiu, em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS - nº 8742/93, que legitimou a assistência social como política pública, garantindo assim os direitos de cidadania da população. Por política pública, entende-se:

o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas (Guareschi, et al., 2004, p. 180 *apud* Silva; Corgozinho, 2011, p.14).

Outro marco legal importante foi a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), promulgada em 1995, que definiu as funções, ações, usuários dos serviços, prioridades e algumas diretrizes. Implantado em 2005, como política pública de Estado, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS - propôs um novo modelo de gestão da assistência social, pautado em um olhar que busca entender as necessidades humanas de forma global e particular, contextualizando o sujeito integral. A Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) aponta que a diversidade de necessidades sociais carece de respostas públicas diferentes (Couto; Goto, 2015).

Devido a isso, o SUAS estabelece dois níveis de proteção social, organizados conforme sua complexidade, sendo um básico – de caráter preventivo – e o outro especial, para atender os casos de média e alta complexidade que implicam violação de direitos (Brasil, 2006).

Dentro da proteção social básica encontra-se o CRAS, que atua na prestação de serviço e programas socioassistenciais às famílias e indivíduos, visando à orientação, ao convívio sociofamiliar e comunitário, destinados à população em situação de vulnerabilidade. Dentre os serviços e programas ofertados pelo CRAS, estão:

1. Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF) - criado em 8 de abril de 2004 (Portaria nº 78, 2004), pelo MDS, principal programa de Proteção Social Básica do SUAS, sua oferta pelo CRAS é obrigatória, e consiste na inserção de serviços da assistência social, tal como socioeducativo e de convivência, bem como encaminhamentos a outras políticas, promoção de acesso à renda e acompanhamento sociofamiliar;
2. Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza;
3. Centros de Convivência para Idosos;
4. Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização à defesa dos direitos das crianças;
5. Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens entre 6 e 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;

6. Programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
7. Centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos. Salienta-se que o psicólogo poderá participar de todas as ações descritas acima, articulando sua atuação a um plano de trabalho elaborado em conjunto com a equipe interdisciplinar (Silva; Corgozinho, 2011, p.15).

O Serviço de Proteção Social Especial é dividido em média e alta complexidade. Os de média complexidade são aqueles que oferecem cuidado às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujo vínculo familiar e comunitário não foi rompido, incluindo os CREAS. Já os de alta complexidade garantem proteção integral de moradia, alimentação, higienização e trabalho, protegendo os que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, e que necessitam sair de seu núcleo familiar e/ou comunitário (Brasil, 2006).

Quadro 1 - Caracterização dos serviços de proteção social do SUAS

Proteção Social Básica	Proteção Social Especial de Média Complexidade	Proteção Social Especial de Alta Complexidade
<ul style="list-style-type: none"> ● Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) ● Serviço de Convivência e de Fortalecimento de Vínculos (SCFV) ● Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas ● Benefício de Prestação Continuada (BPC) ● Benefícios Eventuais (nascimento ou morte de bebê, morte da mãe, despesas de urna funerária, velório e sepultamento, situações de vulnerabilidade temporária, calamidade pública) 	<ul style="list-style-type: none"> ● Serviço de orientação e apoio sociofamiliar; ● Plantão social; ● Abordagem de rua; ● Cuidado domiciliar; ● Serviço de habilitação e reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência; ● Medidas socioeducativas em meio-aberto (PSC e LA). 	<ul style="list-style-type: none"> ● Atendimento Integral Institucional; <ul style="list-style-type: none"> ● Casa Lar; ● República; ● Casa de Passagem; <ul style="list-style-type: none"> ● Albergue; ● Família Substituta; ● Família Acolhedora; ● Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada); ● Trabalho protegido.

Fonte: Adaptado CFP, 2021.

2.1 A(O) PSICÓLOGA(O) NO SUAS/ CRAS

A(o) psicóloga(o) foi inserida(o) no corpo técnico do CRAS com a perspectiva de intervir nos processos de sofrimento presentes na comunidade e conectar as necessidades dos sujeitos, com ações de desnaturalização da violação de direitos, desta forma, com diferentes metodologias e formas de

intervenção espera-se dele que busque alianças e crie espaços de transformação, mobilizando redes de apoio às famílias e aos grupos comunitários (Botarelli, 2008).

Dessa forma, a Psicologia vem a ser contribuinte como uma ciência empírica da realidade estudada, especialmente com os excluídos e público que se encontra em extrema pobreza ou vulnerabilidade social, seu comprometimento possui relação direta com os trabalhos propostos e executados pelo CRAS, que atua com grupos, famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, e visa o direito à proteção social, garantindo a segurança de sobrevivência, de acolhida e de convívio ou vivência familiar. Portanto, a Psicologia Social Comunitária acolhe, também, como público, o sujeito singular e a vulnerabilidade no contexto social em que está inserido, seus recursos simbólicos e afetivos, bem como a disponibilidade para se transformar e dar conta de suas atribuições, público este acolhido pelo SUAS/CRAS (Brasil, 2006).

Para entender melhor a atuação do profissional de Psicologia no âmbito do SUAS/CRAS, levando em consideração sua atuação que ainda é uma construção em desenvolvimento, é necessário entender as possíveis contribuições da(o) Psicóloga(o) e seus instrumentos, junto aos dispositivos mencionados.

Ao se inserir junto à comunidade, o profissional da Psicologia deve atentar-se ao fato de que lidará com sujeitos concretos, constituídos em uma realidade biopsicossocial, que tende a ver o seu cotidiano como seu espaço vital e seguro, portanto, deve-se pensar em uma metodologia com objetivos definidos e formulados juntamente com a população atendida, nos dispositivos e em suas localidades culturais.

Gobbi et al. (2004) afirmam que este processo se inicia com a inserção efetiva da(o) psicóloga(o) na comunidade, cujo início baseia-se na construção de um vínculo, configurado por uma parceria, na qual comunidade e o interventor têm igualdade de importância no processo. Em uma pesquisa realizada pelo CREPOP (2021), que buscou identificar as práticas e ações desenvolvidas por psicólogas(os) no SUAS, foram listadas as seguintes atividades:

Acolhimento; Entrevista Inicial e Triagem; Atendimentos Individuais; Plantões; Grupos; Elaboração de Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar; Visitas Domiciliares; Acompanhamento dos usuários nos diversos serviços do sistema judiciário; Ações integradas com a rede; Atuação em equipes multidisciplinares; Atividades educativas e de esclarecimentos para a população em geral; e Coordenação dos serviços (CFP, 2021).

O papel da(o) psicóloga(o) no SUAS é empoderar os indivíduos envolvidos em situações de vulnerabilidade social. A psicologia contribui para o protagonismo da população no enfrentamento de processos de exclusão social, por meio da produção de autonomia, cidadania e conscientização de

direitos. A inserção da(o) psicóloga(o) nos CRAS representa uma evolução significativa na forma de atuação, desde a regulamentação da profissão no ano de 1962. A(o) psicóloga(o) desempenha um papel importante na discussão, defesa, proteção e promoção dos direitos, especialmente junto às camadas sociais mais vulneráveis (Santos, 2018).

3 MÉTODO

Para alcançar o objetivo proposto, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, pois como apresentado por Minayo (2010), esse tipo de pesquisa preocupa-se com fatos da sociedade que estão centrados na interpretação e explicação da dinâmica das relações sociais. A abordagem qualitativa remete ao universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos (Sousa & Santos, 2020). Assim, Minayo (2010, p. 57) define o método qualitativo como aquele

(...) que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e constroem a si mesmos.

A pesquisa qualitativa se caracteriza então, pela imersão do pesquisador no contexto investigado, valorizando a descrição detalhada dos dados, os quais podem ser obtidos por diferentes meios, como entrevistas, registros visuais (fotografias e vídeos), anotações de campo, dentre outros (Sousa & Santos, 2020). O foco principal recai sobre os processos, e não apenas nos resultados, buscando compreender como um fenômeno se expressa nas práticas, rotinas e interações cotidianas (Lüdke e André, 2018). Essa abordagem privilegia a visão dos participantes, conforme argumentam Bogdan e Biklen (1994), o pesquisador qualitativo parte do pressuposto de que não possui, previamente, conhecimentos suficientes para definir todas as questões relevantes antes do trabalho empírico.

Assim, buscou-se compreender a atuação da(o) psicóloga(o) partindo da vivência e percepção dos profissionais atuantes nos CRAS de Santa Luzia-MG. Para obtenção dos relatos utilizou-se de entrevistas semiestruturadas, pois

favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade (...) além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (Triviños, 1987, p.146 *apud* Manzini, 2004, p.02).

A entrevista semiestruturada contou com algumas perguntas norteadoras, como por exemplo: Como foi sua trajetória profissional até a sua chegada no CRAS?; Como psicóloga(o) do CRAS, quais são as suas práticas?; Quais as referências teóricas-metodológicas que norteiam a sua prática?; Como você percebe as suas condições de trabalho e quais os seus maiores desafios?; Pra você, qual o papel/compromisso da(o) psicóloga(o) no SUAS?; Como a psicologia contribui para a proteção social em Santa Luzia?.

Para Manzini (2004), esse tipo de entrevista faz emergir informações de forma mais livre. Isso porque as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas, além de proporcionar uma melhor preparação para a interação com o entrevistado e não perder de vista o alcance dos objetivos da pesquisa.

Após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FAMINAS (CAAE: 83425724.7.0000.5105), realizou-se o contato com as(os) psicólogas(os) atuantes na rede de proteção social de Santa Luzia, sendo feito o convite para que participassem da pesquisa. Após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. Para preservar o sigilo das profissionais na apresentação dos resultados e discussão, adotou-se a seguinte identificação: Entrevistada 01, Entrevistada 02 e Entrevistada 03.

Os relatos foram analisados por meio da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin, entendida como uma

análise das comunicações, que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem as inferências de conhecimentos relativos de condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2004, p. 41).

A Análise de Conteúdo se estruturou em três fases, conforme proposto por Bardin (2011): 1) pré-análise: leitura flutuante das entrevistas realizadas; 2) exploração do material: momento em que foram identificadas e elencadas as categorias de análise; 3) tratamento dos resultados: momento em que foram feitas as inferências e a interpretação dos resultados.

4 RESULTADOS: UMA SÍNTESE

O Sistema Único de Assistência Social de Santa Luzia - MG é composto por: quatro Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, um Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, um Centro de Referência de Atendimento à Mulher - CRAM, um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV e uma Casa de Apoio e Acolhimento Institucional à Pessoa em Situação de Rua - Centro-POP.

A rede conta com duas psicólogas atuando nos CRAS, uma psicóloga atuando no CREAS e uma psicóloga atuando no CRAM. Foi realizado contato com as profissionais e três aceitaram o convite para participarem da pesquisa.

As entrevistadas têm entre 41 e 42 anos e entre 10 e 13 anos de formação em Psicologia, sendo que duas profissionais possuem especialização na área da saúde e da clínica e uma entrevistada, até o momento da entrevista, não possuía nenhuma especialização. Em relação à atuação profissional na área social, as entrevistadas têm entre 5 e 11 anos de experiência. Uma entrevistada é concursada e duas atuam no município via processo seletivo simplificado (PSS). Das profissionais, duas residem no município e uma em Belo Horizonte.

Para a entrevistada 01, atuar no CRAS é interessante e gratificante, embora enfrente diversas limitações. Ela percebe que a atuação no CRAS é desafiadora, devido ao caráter preventivo e ao alto fluxo de atendimentos, o que limita a realização de acompanhamentos familiares desejados. Em sua rotina, realiza atendimentos familiares, conduz oficinas com gestantes e lida com demandas que envolvem desde orientações sobre benefícios até questões de saúde mental, em colaboração com assistentes sociais. Defende que o papel do psicólogo no CRAS é proporcionar uma escuta qualificada e um olhar sensível sobre as nuances dos relatos familiares. Contudo, relata dificuldades relacionadas à infraestrutura inadequada e à falta de recursos, como a ventilação insuficiente e problemas com o transporte para visitas domiciliares. A entrevistada 01 considera que uma melhor estrutura e recursos permitiriam um atendimento mais efetivo e abrangente, o que destaca como essencial para a atuação psicossocial no CRAS.

Para a entrevistada 02, trabalhar no CRAS é uma oportunidade de contribuir para a comunidade onde reside. Relata que gosta de trabalhar com grupos e desenvolve oficinas para adolescentes, idosos e gestantes, abordando temas como autoestima e bullying, além de promover atividades lúdicas. Enfrenta desafios como a alta demanda por atendimentos de saúde mental, para os quais o CRAS acaba sendo a porta de entrada, apesar de não ser o serviço adequado para tal demanda, mas que se faz necessário um suporte psicológico, principalmente pós-pandemia de COVID-19, pois a rede de saúde não consegue atender os encaminhamentos efetuados. A entrevistada 02 observa que o afastamento geográfico do CRAS dificulta o acesso da população aos serviços, especialmente em situações de necessidades socioeconômicas urgentes. Ela considera seu papel no CRAS como o de promover o desenvolvimento e a autonomia dos usuários, utilizando uma abordagem humanista para lidar com as vulnerabilidades da comunidade.

A entrevistada 03 relata que sua atuação no CRAS se concentra no acolhimento e na construção do PAIF (Serviço de Atendimento Integral à Família), buscando analisar e intervir nos fenômenos

sociais e familiares. Ela vê o papel do psicólogo no CRAS como o de contribuir para uma compreensão aprofundada das relações familiares e dos desafios subjetivos enfrentados pelos usuários, em parceria com assistentes sociais e outros profissionais. Entre os desafios, destaca a sobrecarga de trabalho e a dificuldade de diálogo com outros setores, como o conselho tutelar, que, em sua visão, compromete a continuidade dos atendimentos e a integração dos serviços. A entrevistada 03 acredita que a(o) psicóloga(o) no CRAS oferece uma contribuição valiosa ao trazer um olhar qualificado para questões relacionais complexas e ao fornecer suporte à equipe multidisciplinar, facilitando intervenções mais assertivas e colaborativas.

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS SIGNIFICADOS

A descrição e análise dos significados será apresentada por meio de três eixos: Formação e trajetória profissional; Desafios da prática no CRAS; e A psicologia no CRAS. A atuação das profissionais será descrita e analisada tendo como referência as vivências e experiências das entrevistadas, em articulação com o referencial teórico, com as orientações do CREPOP/ Conselho Federal de Psicologia e o previsto na Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

5.1 FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

As psicólogas entrevistadas, apesar de terem entre 10 e 13 anos de formação, não apresentam nenhuma capacitação específica para a atuação na área social. Como descrito, apenas duas profissionais possuem especialização: uma na área da saúde e outra em Terapia Cognitivo-Comportamental. Cabe destacar que todas relatam atuar como psicólogas clínicas, paralelamente à atuação no CRAS.

Confesso que inicialmente, enquanto psicóloga, me senti perdida. Sempre buscando a literatura para entender como é o psicólogo fora da prática clínica tradicional. Como iria se posicionar diante da política de assistência social, que ainda pra gente, está em construção (Entrevistada 03).

Silva e Albanese (2020) apontam que existe um descompasso entre a formação em psicologia e a inserção do profissional no campo de trabalho depois de formado. Para as autoras, a inserção e a atuação da Psicologia na assistência social constituem um campo novo, desconhecido e fora dos parâmetros tradicionais da psicologia. Para as autoras, a área social está se ampliando e absorvendo psicólogas (os), apesar de não ser a opção mais desejada entre os profissionais. Essa situação pode ser identificada no discurso de uma das entrevistadas, que ingressou na assistência social, não

necessariamente em razão de um desejo ou compromisso de transformação social, mas pelo concurso público para psicóloga, no qual foi aprovada e alocada no CRAS.

A prefeitura tem a liberdade para fazer o concurso e lançar o edital no formato que eles acharem mais adequado. Por exemplo, o concurso que eu fiz foi para a administração. Então eles estavam captando psicólogos para administração. O que me faz entender que posso atuar em qualquer uma das secretarias. Só que como a necessidade emergencial era assistência, eu fui direcionada para assistência social (Entrevistada 01).

Conforme Botarelli (2008), essa inadequação da formação para o campo da assistência social resulta em dificuldades práticas na atuação, limitando a capacidade dos profissionais de responderem plenamente às necessidades comunitárias. O CREPOP (2021) também ressalta a importância de uma formação que permita as(os) psicólogas(os) compreenderem as especificidades do trabalho comunitário e adaptarem suas intervenções ao contexto do CRAS.

Em relação à atuação profissional na área social, as entrevistadas têm entre 5 e 11 anos de experiência e dizem que buscam se atualizar por meio da leitura de artigos e das publicações do CFP (Conselho Federal de Psicologia) e do CRP-MG (Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais). Essa forma de atualização está em consonância com o que é explicitado nas orientações do CREPOP (2021) sobre a necessidade da(o) psicóloga(o), no seu exercício profissional, pautar-se em referenciais teóricos, técnicos e éticos. Para tanto, é fundamental manter-se informado e atualizado acompanhando as resoluções que norteiam esse exercício.

Sobre a referência eu busco mesmo os artigos. Estou sempre ligada nas orientações do CRP que orienta o trabalho no CRAS, as tipificações da política, eu sempre corro a esses instrumentos. Eu também me baseio muito na abordagem humanista. É a que mais me identifico para abordar o usuário. E dentro da psicologia eu estou sempre me atualizando dessa forma, vendo os artigos sobre o SUAS (Entrevistada 02).

Eu sempre busquei (atualizar). Na literatura, nas notas e nas normas técnicas (CFP). Eu até eu trouxe uma referência, um compilado que o CRP de Minas (Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CRAS/SUAS), divulgou e que traz um pouquinho da nossa prática, do fazer da psicologia no sistema único da assistência social, que me trouxe um direcionamento de como atuar (Entrevistada 03).

Em relação ao regime de trabalho, apenas uma entrevistada é concursada e as outras duas atuam no município via processo seletivo simplificado (PSS). Em relação ao vínculo de trabalho e à formação continuada, percebe-se uma situação precária no município, visto que a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS, 2006) orienta toda a equipe de referência do CRAS deve ser composta por servidores públicos efetivos, por meio de concurso público, de forma a garantir a continuidade, eficácia e efetividade dos serviços e ações ofertadas. Além de orientar a implantação

da Política de Educação Permanente nos municípios, visando à constante formação e aprimoramento dos profissionais (Brasil, 2006).

Segundo o CFP (2021), é a partir da inserção na comunidade que a(o) psicóloga(o) irá conhecer o contexto no qual está inserido e identificar *in loco* as demandas a serem trabalhadas e as potencialidades a serem desenvolvidas na comunidade. Das três psicólogas entrevistadas, duas residem no município e estão inseridas no território em que atuam.

Eu moro na comunidade onde eu trabalho, então é uma oportunidade que eu vejo de contribuir com a comunidade e eu acho que isso faz diferença. Às vezes me perguntam se é difícil separar, apesar de ser um desafio, é uma grande oportunidade porque você conhece de perto a realidade. Então eu acho que vai além do profissional, você atuando com ética, esse fato me aproxima ainda mais das necessidades decorrentes do conhecimento aprofundado do território. É um olhar diferenciado (Entrevistada 02).

5.2 DESAFIOS DA PRÁTICA NO CRAS

A atuação das psicólogas no CRAS é marcada pela multiplicidade de atividades, que incluem: acolhimento, atendimentos individuais, familiares, intervenções grupais, visitas domiciliares, entre outras. As entrevistadas relatam que, apesar dos esforços para promoverem as ações previstas no serviço, enfrentam muitos desafios, como por exemplo, a falta de estrutura adequada:

A gente sabe que aqui, não atende tipificação como deveria ser, pelo menos o CRAS. Se a gente está executando uma oficina/atividade de grupo, não conseguimos executar outra ao mesmo tempo, porque a gente não tem espaço. Outro ponto também é a dificuldade de acesso, por ser um território mais afastado (Entrevistada 02).

O ambiente de um CRAS tem uma normativa, seguir um tamanho de sala, salas para atividades coletivas e a gente não dispõe disso. Por exemplo, às vezes a gente faz as nossas atividades coletivas no segundo andar, e isso não é adequado. Isso não é acessibilidade. (...) O calor na nossa sala é intenso, não dispomos de um sistema de ventilação adequado. O barulho da avenida às vezes atrapalha muito, ao mesmo tempo que permite que as pessoas fiquem mais à vontade para falar, porque dá aquela ideia de privacidade. O barulho é tanto que elas sabem que as outras salas não vão ouvir o que elas estão falando. Então tem isso da privacidade também. (...) Em relação às visitas domiciliares, em vários momentos a gente não tinha o motorista ou a gente não tinha carro, pois estavam estragados (Entrevistada 01).

Segundo as Orientações Técnicas para o CRAS (Brasil, 2009), a efetividade das ações depende de uma estrutura adequada e de uma equipe interdisciplinar bem preparada para lidar com a complexidade das situações que envolvem os usuários do SUAS. A alta demanda por atendimento e o número insuficiente de profissionais também aparecem como um desafio para as entrevistadas:

Mas como o fluxo para atendimento é alto e temos uma quantidade reduzida de profissionais, a gente acaba fazendo o plantão social para o acolhimento e tenta organizar ao menos uma

oficina por mês. Hoje nós temos 3 técnicos apenas no CRAS, um técnico fica responsável por alguma oficina (Entrevistada 01).

A falta de recursos materiais e o pouco apoio institucional também é sinalizado pelas entrevistadas.

Algo que eu percebi na última campanha eleitoral, é que a gente vê uma preocupação muito grande de todo mundo em relação a questão dos recursos para a saúde, recursos para educação, recursos para a segurança pública e o social fica sempre esquecido. A gente recebe muito pouco recurso e por isso não tem como atuar da maneira como a gente gostaria. Um exemplo é, tratando-se do social, a gente deveria poder oferecer para os usuários, no momento das oficinas, lanches, coisas desse tipo, mas isso nem sempre é possível por falta de recursos (Entrevistada 01).

Outro ponto é a demanda por uma atuação no CRAS menos assistencialista e mais emancipatória, como destacado no trecho:

(...) O desafio é mostrar para as pessoas que tem essa outra possibilidade, que não é só assistencialismo, porque a gente vê que muitos usuários vão em busca de um benefício financeiro para suprir aquela necessidade. Mas eles não vão além disso. A gente vê pelas oficinas de condicionalidade, que a gente faz do programa bolsa família. A gente tem que inventar inúmeras possibilidades para que eles possam aderir (...) é um malabarismo que a gente tem que fazer para poder atrair e respeitar a vontade do usuário. De querer ajudar, de fazer nosso trabalho, de promover esse ser humano, mas também de fazer que seja o que ele também queira (Entrevistada 02).

A fala da entrevistada alinha-se à proposta do CREPOP de que a psicologia no CRAS deve atuar como um agente de transformação social. Essa atuação implica em ir além do atendimento emergencial para promover atividades que incentivem a participação ativa dos usuários e o desenvolvimento de um protagonismo social, visando à superação das condições de vulnerabilidade (CFP, 2021).

Por fim, há a dificuldade de articulação com a rede socioassistencial e demais políticas públicas. Esse problema revela que o princípio da intersetorialidade, orientado pela PNAS (2006) e pelas Referências Técnicas do CFP (2021), ainda está longe de se concretizar. Como colocado pela entrevistada, o maior desafio na sua prática está relacionado à comunicação com a rede.

A gente precisa estreitar muito diálogo com a rede setorial. É muito difícil, às vezes chega a ser desgastante. Porque cada um quer interpretar do seu modo e aí a gente acaba fragmentando o serviço e comprometendo sua continuidade em alguns momentos.

Então eu penso que o maior desafio é o diálogo (Entrevistada 03).

5.3 A PSICOLOGIA NO CRAS

A Proteção Social Básica, prevista na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), busca prevenir situações de vulnerabilidade ao desenvolver as potencialidades dos usuários, bem como os vínculos familiares e comunitários, por meio de uma atuação interdisciplinar. Como o público-alvo é composto por indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, exige respostas que advêm de ações construídas coletivamente. De acordo com o CRP-BA (2021), entende-se por interdisciplinaridade a realização de ações conjuntas por profissionais oriundos de distintas trajetórias formativas, com o intuito de buscar princípios e conceitos comuns, formulados a partir da colaboração desses saberes.

A equipe em si é uma equipe boa, é uma equipe bem fortalecida. A gente vê uma boa interação e união dos profissionais. Tenho muito respeito. A gente trabalha com assistente social, com profissionais de outras áreas. Então aqui a gente vê que é algo bem positivo, assim que eu vejo. A gente não tem aquele sentimento de competição. Um profissional conta com o outro (Entrevistada 02).

Percebe-se na fala da entrevistada que a interdisciplinaridade está presente na sua experiência profissional, visto a parceria e respeito demonstrado entre os membros da equipe. Entretanto, mesmo com a atuação interdisciplinar, as especificidades de cada área profissional não são substituídas nem eliminadas. Para o CREPOP (2021) a escuta qualificada é um dos fatores que diferencia o acolhimento realizado pelas psicólogas em relação aos outros profissionais atuantes no CRAS.

O psicólogo, ele tem de fato uma escuta qualificada, treinada. Então a gente vai escutar, observar de maneira diferente, e agregar pra essa equipe, esse olhar que só nós, enquanto psicólogos, podemos ter. Só nós somos treinados para certos tipos de percepção. É muito nosso mesmo, né? É agregar mesmo para aquela equipe, algo de dar do nosso conhecimento, da nossa formação (Entrevistada 01).

As atribuições (da psicóloga e da assistente social) são as mesmas. Somos nomeadas, não como psicólogas e assistentes sociais do CRAS, mas como técnico social. Na minha opinião, o que diferencia a atuação é a escuta mais qualificada. Não que os outros profissionais não a possuam, mas a expertise do profissional da psicologia em relação às questões relacionais dos fenômenos que acontecem dentro do campo social, contribui bastante para essa compreensão (Entrevistada 03).

A perspectiva relatada pelas entrevistadas está em consonância com a nota técnica ‘Parâmetros para atuação das e dos profissionais de Psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social’ (CFP, 2016), que orienta uma atuação voltada para uma escuta qualificada, para o planejamento e articulação de ações para além das medidas emergenciais, compensatórias e pontuais, no âmbito da proteção social básica.

O CFP (2021) destaca que a(o) psicóloga(o) no CRAS desempenha um papel essencial na promoção de direitos e na articulação com outras políticas públicas, garantindo que as demandas da população em situação de vulnerabilidade sejam atendidas de forma integral.

(...) De ver o ser humano como um todo, não o enxergar de forma fragmentada. Só um sujeito que está ali com uma carência socioeconômica. Quando a gente consegue enxergar o ser humano que ele é, um ser na sua totalidade, ter essa escuta sensível, esse olhar sensível para as outras demandas, a gente vai compreender melhor e não vai desistir também. (...) Que não adianta resolver só uma questão, porque se ele está ali, com tantas vulnerabilidades, você pode resolver a questão alimentar, fornecer um benefício eventual, mas e as outras questões dele? É lógico que nós, como profissionais da psicologia, não vamos conseguir solucionar tudo através do CRAS, mas se você tem um olhar atento, você poderá mostrar os caminhos possíveis para ele (Entrevistada 02).

Desta forma, na atuação profissional no CRAS busca-se compreender o sujeito na sua integralidade, bem como, as relações entre as vulnerabilidades e as condições de vida, respeitando a capacidade dos sujeitos de se perceberem, refletirem sobre suas questões e tomarem decisões autônomas para enfrentá-las (Brasil, 2009).

Apesar das limitações encontradas, as psicólogas avaliam que o trabalho no CRAS tem um impacto positivo sobre os usuários, promovendo o fortalecimento das famílias e a valorização da cidadania. O impacto positivo é reconhecido principalmente no acolhimento, nas atividades grupais e nas intervenções voltadas para a construção de vínculos, que são fundamentais para a proteção social.

Eu gosto muito de trabalhar com grupos. A gente tem as oficinas do PAIF, então a gente tenta suprir algumas demandas que possam ajudar a promover esse sujeito, para ele superar essas vulnerabilidades não só socioeconômicas. Para que ele possa conviver mesmo em comunidade e encontrar alternativas para a superação desses problemas. Mas uma demanda que tem aumentado a cada dia é de sofrimento mental, assim, de casos graves que a gente vê que recorre ao CRAS (Entrevistada 02).

As psicólogas no CRAS atuam no fortalecimento dos vínculos socioafetivos, tendo em vista que os atendimentos devem gerar progressivamente independência dos benefícios oferecidos e promoverem a autonomia cidadã (CFP, 2008).

A demanda do adoecimento mental, que não é algo do SUAS, que é especificamente da saúde, acaba chegando no CRAS. O CRAS como portas de entrada para o SUAS, acaba sendo uma porta de entrada pra esse público com sofrimento mental. A gente tem que encaminhar e às vezes a gente encontra uma dificuldade muito grande porque não tem um profissional de psicologia pra receber essa demanda na rede de saúde. O PSF, por exemplo, não tem um profissional que eu possa encaminhar. A gente faz uma escuta, mas muitas vezes chega um usuário em um momento tão grave, que não tem como a gente atender essa demanda (Entrevistada 02).

(...) As famílias chegam geralmente para o atendimento com o técnico social, a psicóloga, com essa expectativa. Há uma grande procura por psicoterapia dentro da política de assistência. Infelizmente a gente não tem essa prerrogativa, mas percebe-se um anseio das famílias nos atendimentos. Então é muito necessário, não sei de qual forma, em uma política pública de saúde, a inserção de psicoterapias. Não na assistência, mas o serviço saúde, que também não tem essa prerrogativa de psicoterapia (Entrevistada 03).

Nesses espaços, não se desenvolvem atividades ou acompanhamentos de cunho clínico psicoterápico. Isso não impede que a/o profissional de psicologia se atente às implicações da situação de vulnerabilidade à saúde mental dos usuários e participe de modo articulado com as ações dos serviços de saúde orientados para essa demanda.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação da(o) psicóloga(o) nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), inserida no contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), revela-se como um campo dinâmico e em constante construção, exigindo práticas que transcendem o modelo clínico tradicional. No município de Santa Luzia-MG, marcado por desafios estruturais e socioeconômicos significativos, a atuação das psicólogas entrevistadas evidencia tanto avanços quanto limitações. O trabalho desenvolvido apresenta impacto positivo, promovendo o acolhimento, o fortalecimento de vínculos e a ampliação da cidadania, mas enfrenta barreiras relacionadas à infraestrutura inadequada, à escassez de recursos e à alta demanda por serviços, muitas vezes além daquilo que compete ao SUAS.

Outro ponto que merece destaque é a necessidade de uma formação mais robusta e direcionada dos profissionais para a atuação na área social, que contemple as especificidades do trabalho no CRAS, bem como a ampliação de concursos públicos para garantir vínculos efetivos e estabilidade nas equipes técnicas. Além disso, evidencia-se a importância de uma abordagem interdisciplinar fortalecida, com maior articulação entre as políticas públicas, as redes de apoio, visando à superação das vulnerabilidades sociais e ao fortalecimento das ações preventivas e emancipatórias.

Apesar dos desafios, a prática psicossocial no CRAS demonstra ser um espaço de construção de novas possibilidades de atuação para a Psicologia, contribuindo para a consolidação de direitos, a promoção da autonomia e o enfrentamento das desigualdades sociais. Para que essa atuação alcance todo o seu potencial, é indispensável um compromisso mais efetivo dos gestores públicos com a área social, por meio de investimentos em infraestrutura, formação continuada e políticas de valorização profissional.

Em suma, a atuação das psicólogas no CRAS reflete não apenas a capacidade de adaptação e de inovação diante das dificuldades, mas também a relevância do papel da Psicologia na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Contudo, para que essa contribuição seja ampliada, é essencial

que a formação acadêmica, a gestão pública e a prática profissional estejam alinhadas na consolidação de um SUAS fortalecido, efetivo e transformador.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. M. A facilitação de grupos nos serviços do Sistema Único da Assistência Social: contribuições da Psicologia Fenomenológico-Existencial. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário Luterano de Palmas, Universidade Luterana do Brasil, Palmas, 2008.

ANGELIM, C. F. Assistência social: uma questão de cidadania. *Revista Humanidades*, Fortaleza, v. 17, n. 1, p. 22-30, 2002. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rh/issue/view/99>. Acesso em: 5 abr. 2024.

ATLAS BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. 2015. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/. Acesso em: 31 maio 2024.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, M. H.; MATOS, T. G. R. Centro de Referência da Assistência Social-CRAS: uma proposta libertadora ou assistencialista? In: CONGRESO INTERNACIONAL DE PSICOLOGIA SOCIAL DE LA LIBERACIÓN, 9., 2008, San Cristobal de las Casas. Anais [...]. San Cristobal de las Casas, 2008. p. 1-10. Disponível em: <https://docplayer.com.br/3036330-Centro-de-referencia-da-assistencia-social-cras-uma-proposta-libertadora-ou-assistencialista.html>. Acesso em: 5 abr. 2024.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 5 abr. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 5 abr. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf. Acesso em: 5 abr. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf. Acesso em: 5 abr. 2024.

BOTARELLI, Adalberto. O psicólogo nas políticas de proteção social: uma análise dos sentidos e da práxis. 2008. 133 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/17265>. Acesso em: 5 abr. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) no CRAS/SUAS. 3. ed. Brasília: CFP, 2021. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/rt_crepop_cras_2021.pdf. Acesso em: 5 abr. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Comissão Nacional de Assistência Social (Conpas). Nota Técnica nº 001/2016 - Parâmetros para atuação das(os) profissionais de psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Brasília: CFP, 2016. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Nota-te%C3%81cnica-web.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2024.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 3ª REGIÃO. Guia de perguntas e respostas: atuação da psicologia na Política de Assistência Social. Salvador: CRP-BA, 2021. Disponível em: <https://crp03.org.br/wp-content/uploads/2021/12/guia-de-perguntas-e-respostas-ed.2.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2024.

COUTO, Henrique. Desenvolvimento profissional de professores da educação básica inseridos em projetos de pesquisa. 2016. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

COUTO, Tatyanne Flor; GOTO, Tommy Akira. Atuação do psicólogo no CRAS: uma análise fenomenológico-empírica. Revista da Abordagem Gestáltica, Goiânia, v. 21, n. 1, p. 22-34, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672015000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 2 jun. 2024.

FERREIRA, Stela da Silva. NOB-RH Anotada e Comentada. Brasília: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf. Acesso em: 2 jun. 2024.

FOSSÁ, M. I. T. Proposição de um constructo para análise da cultura de devoção nas empresas familiares e visionárias. 2003. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. Rio de Janeiro: E.P.U, 2018.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2004, Bauru. Anais [...]. Bauru: USC, 2004. v. 1, p. 01-10. Disponível em: <https://eduinclusivapesq-uerj.pro.br/wp-content/uploads/2020/05/manzinibauru2004.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2024.

MARTINS, J. de B.; BICUDO, M. A. V. A pesquisa qualitativa em educação: uma abordagem teórica e metodológica. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 2008. Disponível em: <https://arquivo.sepq.org.br/IV-SIPEQ/Anais/artigos/52.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Dados - Observatório de Segurança Pública. Belo Horizonte: SEJUSP, 2023. Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/integracao/estatisticas-criminais>. Acesso em: 31 maio 2024.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

NASSER, A. C. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, [s.d.].

RIBEIRO, M. E.; GUZZO, R. S. L. Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões críticas sobre ações e dilemas profissionais. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, v. 9, n. 1, p. 1-14, 2014. Disponível em: https://seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/837/651. Acesso em: 2 jun. 2024.

SANTOS, Thalita Mara. O trabalho do psicólogo no CRAS: diferentes formas de cuidar. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, v. 13, n. 1, p. 1-11, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082018000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 2 jun. 2024.

SILVA, Amanda Carollo Ramos; ALBANESE, Luciana. Formação acadêmica e atuação do psicólogo nos Centros de Referência de Assistência Social. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, v. 15, n. 4, p. 1-16, 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-89082020000400004&script=sci_abstract. Acesso em: 2 jun. 2024.

SILVA, J. V.; CORGOZINHO, J. P. Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações. *Psicologia & Sociedade*, v. 23, n. spe, p. 12-21, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/hfMzSBCwb3sMh5cShTYqLzD/>. Acesso em: 5 abr. 2024.

SOUZA, J. R.; SANTOS, S. C. M. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. *Pesquisa e Debate em Educação*, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 689-708, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559>. Acesso em: 2 jun. 2024.